

OSMARY NAZARÉ MENDES

**(IN)DISCIPLINA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DA
PRÁTICA EDUCATIVA ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do grau de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico.

Orientadora: Prof.^a Maria Madselva Ferreira Feiges

CURITIBA

2006

AGRADECIMENTOS

Aos alunos e professores, pela contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

Aos nossos amigos pela paciência, incentivo e apoio.

A professora Maria Madselva, pela orientação na condução desta monografia.

Aos meus familiares pela compreensão, estímulo e apoio.

Crianças são tesouros. E o que abre a porta deste seu potencial inestimável é a Educação. Dedicuem-se na criação dos jovens sucessores. Como se estivessem cuidando de folhas novas e viçosas em fase de crescimento. (Daisaku Ikeda)

SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
INTRODUÇÃO.....	1
1. PRÁTICA PEDAGÓGICA E DISCIPLINA NUMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE CURITIBA.....	6
1.1 Caracterização do Campo de Pesquisa.....	6
1.2 Disciplina e Indisciplina: uma questão de comportamento ou organização do trabalho?.....	13
1.3 Origem e Surgimento das Normas Disciplinares e seus impactos na organização escolar.....	24
1.4 O Papel da Escola em Relação à Disciplina.....	27
2. INVESTIGANDO A DISCIPLINA E DISCIPLINA E INDISCIPLINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA QUE DEFENDE A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	30
2.1 Os Códigos Presentes na Escola.....	30
2.2 Conflito entre as Normas Disciplinares e as Práticas Docentes.....	31
2.3 A Visão dos Professores Sobre A Indisciplina	32
2.4 Relação entre o Trabalho Pedagógico e a Concepção de Disciplina	35
2.5 A Necessidade da Construção Coletiva das Regras	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	42

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo, a análise da concepção de disciplina e a indisciplina, presente nas relações cotidianas da escola pública e os desafios decorrentes desta prática educativa. Este trabalho analisa as práticas pedagógicas, explicitando o entendimento de (in)disciplina por parte de professores, configurando-se por uma compreensão no âmbito da organização do trabalho pedagógico escolar. Para tanto tomamos como referência, alguns autores que tratam essa questão enquanto relação docente-discente, no processo ensino-aprendizagem.

“...Na prática, implica transitar da idéia de disciplinamento para a de orientação da conduta. Para isso, devemos estar preparados para enfrentar tanto os que exageram a noção de liberdade individual e pregam a completa abstinência de diretrizes orientadoras, quanto os que se posicionam no extremo oposto, defendendo uma volta às regras rígidas e punições severas para quais quer atitudes de indisciplina.”

(ZAGURY.2006 p.53)

Ser professor nunca foi tarefa simples. A disciplina, por exemplo parece ter se tornado particularmente problemática, porque não dizer, um dos maiores desafios atuais da prática docente. Na prática pedagógica todo educador precisa ajudar a criança a estruturar-se de acordo com o seu temperamento. Aliado a isso se objetiva verificar se estes estudos e as práticas educativas trazem benefícios ao processo ensino-aprendizagem, contribuindo de forma positiva na relação professor-aluno.

Esta pesquisa está organizada em dois capítulos: o primeiro compõe-se da caracterização do campo de pesquisa, analisa a prática pedagógica da escola, para explicitar as relações que são denominadas (in)disciplina. Enquanto fenômeno educativo, a (in) disciplina assume destaque no processo educativo escolar, como reflexo do modelo social vigente, profundamente, onde há impunidade e a distorção de valores ético-morais. O segundo trata das implicações diretas entre a in (disciplina) e a organização do trabalho pedagógico,

considerando que as concepções dos sujeitos investigados e as alternativas de solucionar o problema, especialmente o da participação na construção coletiva das regras e tomada de decisões sobre a organização do trabalho pedagógico escolar.

INTRODUÇÃO

Historicamente, uma das maiores preocupações dos professores são os comportamentos inadequados que deixaram de ser um evento esporádico e particular no cotidiano das escolas brasileiras para se tornarem um dos maiores obstáculos pedagógicos na atualidade. Por se tratar muitas vezes de um enfrentamento isolado e personalizado de alguns, uma boa parte dos educadores não sabe ao certo como interpretar e ou administrar o ato indisciplinado.

Segundo AQUINO (1996), diante dos embates do trabalho diário todos parecem marcados por uma cisão fundamental : de um lado, a autoridade e o controle absoluto que outrora foram substituídos por uma crescente perplexidade e, um certo desconforto pedagógico, mas , de outro, a linha divisória entre indisciplina e violência pode ser muito tênue, esgarçando os limites da convivência social.

“ Não apenas professores, diretores e orientadores, mas também pais e os próprios alunos, com o tempo, tornaram-se reféns do emaranhado de significados e valores que a indisciplina escolar comporta. Como entende-la, enfim, para além da “naturalidade” com que é processada no dia-a-dia? “

(AQUINO. 1996, p.7)

O fenômeno da indisciplina é um velho conhecido de todos, embora sua relevância teórica não seja tão nítida. Explicita-se a confirmação deste dado, com o pouco número de obras sobre a problemática, como também pela difícil abordagem da temática.

AQUINO (1996), ainda coloca que todo o trabalho escolar envolve questões trazidas pelos alunos acerca da disciplina e do papel educativo na relação com o conhecimento que estes estão adquirindo no cotidiano escolar e que essas relações entre si demonstram ou não o interesse pelo que está “acordado” implicitamente no coletivo através dos contratos entre professor- aluno.

*“Os relatos dos professores testemunham que a questão disciplinar é, atualmente, uma das dificuldades fundamentais quanto ao trabalho escolar. Segundo eles, o ensino teria como um de seus obstáculos centrais a conduta desordenada dos alunos, traduzida em termos como: **bagunça, tumulto, falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade etc.**”*

(AQUINO.1996.p.40)

Outro dado significativo, que convém ressaltar é que a indisciplina acontece nas escolas pública e privada. É ingenuidade, pensar que a indisciplina está presente somente em alguns contextos. É importante lembrar que diferentes significados são atribuídos à problemática e que até mesmo os próprios objetivos educacionais subjacentes a ambas são distintos e as escolas parecem sofrer o mesmo tipo de efeito. Não se trata de desmerecimento para a escola pública ou mérito para a escola privada, tendo como base a estrutura social ou situações mais favoráveis de acesso a melhor situação econômica, social, cultura e conseqüentemente mais “educação”.

A indisciplina, seria talvez, o maior desafio do educador atual, cujo manejo as correntes teóricas não conseguiriam propor de imediato, uma vez que se trata de algo que vai além do âmbito estritamente didático-pedagógico. É certo, que a temática disciplinar passou a configurar enquanto um problema interdisciplinar, transversal à Pedagogia, a qual deve ser tratada pelo maior número de áreas em torno das ciências da educação.

“ Decorre disto que,apesar de o manejo disciplinar ter sempre estado em foco de um modo ou de outro nas preocupações dos educadores ,o que teria acontecido com as práticas escolares a ponto de a indisciplina ter se tornado um obstáculo pedagógico propriamente?”

(AQUINO.1996.p.41)

O objetivo dessa pesquisa é explicitar a concepção de (in)disciplina presente na prática docente de professores de uma Escola Municipal de Curitiba que oferta Educação Infantil a partir dos cinco anos e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Essa investigação analisa as relações entre concepção de (in)disciplina na visão dos professores e os comportamentos nas práticas escolares.

Para tanto, partimos de alguns questionamentos:

- Por que o aluno que assume determinados comportamentos considerados fora de certos padrões é encaminhado para a Pedagogia?
- O trabalho da Pedagogia pode ficar restrito ao atendimento de alunos considerados indisciplinados?
- Que relação existe entre o encaminhamento de alunos para a pedagogia e o plano de trabalho do docente?
- O aluno participa da elaboração das regras do trabalho pedagógico em sala de aula?
- Quais os impactos dessa indisciplina no trabalho pedagógico?

Para explicitar o tema recorreremos à revisão bibliográfica, ao estudo de documentos como: Projeto Político Pedagógico da Escola, Regimento Escolar e também a utilização de um questionário com questões semi-estruturadas para coleta dos dados empíricos, que foram analisados à luz de uma pedagogia crítica.

“ Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”

(LÜDKE E MENGA. 1986.p.39)

Uma Pedagogia crítica que se preocupa com a escola básica e concebe-a como uma esfera em que estão em jogo as articulações políticas, sociais e

econômicas imbricadas na produção e disseminação dos códigos culturais hegemônicos. Lidar com as questões dessa escola significa envolver-se com elementos e dispositivos em que estão implicados o poder e suas múltiplas conexões com o saber.

“... Opor-se ao quadro neoliberal que se instala na América Latina e no Brasil é construir uma escola que ao contrário de excludente, seja incluyente, espaço democrático de socialização do saber historicamente produzido e direito de todos. Estaremos assim retomando o tema da igualdade de direitos, só possível quando a escola é pública e fica sob a responsabilidade do Estado. Só assim homens e mulheres, independente da classe social, etnia, religião ou filiação política terão garantido o direito de se educar, inserindo-se no amplo leque da cultura de sua época e capacitando-se a contribuir para a criação de novos conhecimentos sobre o mundo em que vivem, conhecimentos científicos e tecnológicos, filosóficos e artísticos, pois a sociedade em crise exige a formação de uma massa crítica de gente educada e comprometida com a criação coletiva de solução para os graves problemas que se colocam”.

(GARCIA. 1986. p. 168)

O presente estudo está composto de dois capítulos. No primeiro trata da prática pedagógica e disciplina numa escola da rede pública de Curitiba, destacando a sua caracterização, analisando a partir de sua organização do trabalho pedagógico a questão da disciplina e indisciplina, uma abordagem sobre as normas disciplinares bem como o papel da escola em relação à disciplina.

No segundo é realizado uma investigação da disciplina e indisciplina defendendo a gestão democrática, os seus códigos presentes na escola, os conflitos entre as normas disciplinares e as práticas docentes, passando pela visão dos professores sobre a indisciplina, onde foram trabalhados com dados coletados em pesquisa e entrevistas, finalizando com a relação entre trabalho pedagógico e a concepção de disciplina, percebendo a necessidade da construção coletiva de regras.

A seguir apresentaremos algumas conclusões preliminares que podem contribuir para uma referência mais rigorosa na proposta pedagógica escolar e, possivelmente subsidiar mudanças na escola.

1. PRÁTICA PEDAGÓGICA E A DISCIPLINA NUMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE CURITIBA

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Para realizar a presente pesquisa optamos por um estudo de caso, por entender que nesta perspectiva, poderíamos articular relações entre: a Concepção da Gestão Democrática da escola e a Concepção de (In) disciplina por parte dos professores e a mediação pedagógica do pedagogo e a gestão dos conflitos decorrentes da relação professor – aluno em sala de aula e a relação entre organização do trabalho pedagógico e a concepção de (in)disciplina dos professores;

A Escola foi escolhida mediante os seguintes critérios :

- lotação e atuação de pedagogos nos dois turnos;
- existência de hora permanência para os professores;
- participação dos Professores em cursos de formação continuada,
- disponibilidade da escola em aceitar o presente estudo, considerando que a pesquisadora pertence ao seu quadro de pedagogos.

A escola selecionada compõe o conjunto das escolas da Rede Municipal de CURITIBA e oferta Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino e à noite oferta Educação de Jovens e Adultos e Educação Permanente, que realiza cursos de capoeira, violão, modelo e manequim, ballet e informática para a comunidade escolar, ou seja, para pais e alunos.

Optamos por não identificar a escola, no sentido de preservar os relatos e os profissionais entrevistados.

A escola atende 33 turmas, sendo 15 no turno da manhã, 15 no turno da tarde e 3 turmas de EJA à noite.

A escola assume a concepção de educação inclusiva, porque possuem alunos com necessidades educacionais especiais em processo de inclusão em algumas turmas de Ciclo I e II, contando com redução de vagas por turmas, realizadas em Ata própria, segundo as orientações dadas nas Diretrizes Curriculares. (Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba.2006.p.10)

O número de profissionais atualmente corresponde às necessidades da escola, a ausência de estarem alguns profissionais em Licença Gestação, Licença Prêmio, Licença para Tratamento de Saúde.

Em termos de vínculo com a escola consideramos a média dos anos de atuação dos profissionais na Instituição. Verificou-se através de pesquisa realizada junto a comunidade escolar no que diz respeito ao histórico profissional destes na instituição, que: a maioria dos docentes exercem atividades de 3 a 10 anos, sendo que um pequeno grupo há mais de 15 anos e o tempo de exercício em cada função na rede e na escola, é mais de 5 anos da maioria.

A Comunidade atendida está situada no bairro residencial da zona sul de Curitiba, que na atualidade é classificado como um bairro de nível sócio-econômico de classe média baixa, com toda infra-estrutura como: água, luz, rede de esgoto, praças de lazer, igrejas, creches, transporte coletivo, posto de saúde, pavimentação, etc.

O bairro possui uma boa estrutura comercial e de serviços públicos: destacando o Hipermercado Big, Supermercado Benatto, Supermercado Jacomar, além de diversas lojas, panificadoras, lanchonetes, lotéricas com serviço bancário, correios, farmácias, Unidades de Saúde, Escolas Municipais e Estaduais, CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil), Centros de Atendimento Comunitário, etc. Outro aspecto está na proximidade da rua da Cidadania do Boqueirão que oferece diversos serviços descentralizados da Prefeitura Municipal de Curitiba à população do bairro.

Contudo, o bairro sofre, como outras regiões, as conseqüências da urbanização irregular sem planejamento com diferentes atividades econômicas.

Atravessando uma parte do bairro, existe o Ribeirão dos Padilhas, poluído pela população que vive à suas margens, ocasionando uma situação de saúde sanitária preocupante, visto que um número significativo de famílias residem muito próximos ao Ribeirão, convivendo com o lixo, ratos, insetos, esgoto a céu aberto, etc.

Mesmo possuindo uma infra-estrutura considerável, a demanda da população é bem superior àquela ofertada pela rede de serviços. A população continua reivindicando aos órgãos públicos mais creches, escola integral, farol do saber, biblioteca escolar. Quanto à segurança, a comunidade ainda necessita de mais policiamento ostensivo e preventivo, bem como priorizar os projetos específicos já existentes em relação às questões sociais relevantes (drogadição, furtos, assaltos domiciliares e pessoais), áreas de lazer, postos de saúde e etc.

No tocante às condições sócio-culturais, a análise do nível de escolarização dos pais, aproximadamente 3% da população residente no entorno da escola com idade acima de 10 anos não é alfabetizada; e 12,58% dos responsáveis pelos domicílios têm menos de 3 anos de estudo.

Com relação ao nível sócio-econômico das 9.871 pessoas (18,05% do total da população do bairro) sendo 26,20% são crianças e jovens de 0 a 14 anos; 20,19% pessoas com idade entre 15 e 24 anos; 47,46% adultos com idade entre 25 e 59 anos; e 6,15% pessoas com 60 anos ou mais de idade.

Também podemos constatar que aproximadamente 12% dos domicílios do entorno da escola estão localizados em aglomerados subnormais (favelas e assemelhados); 98,45% possuem abastecimento adequado de água, 99,72% coleta adequada de lixo e 84,74% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto ou à fossa séptica.

Do total dos responsáveis pelos domicílios, 44% têm rendimento mensal de até 3 salários mínimos. Os moradores sem rendimento, que perfazem 6,24% do total da população.

A comunidade dispõem de poucos bens culturais. Existem espaços específicos que beneficiam os alunos e pais, como: Liceu de Ofícios, Farol do

Saber, Biblioteca e computadores que possam adquirir conhecimentos através destes.

No entanto, através do Programa Comunidade Escola, a mesma tem buscado proporcionar em suas ações alguns meios culturais para esta comunidade nos finais de semana, como: cursos de artesanato, informática, inglês, violão, coral e literatura, buscando parcerias para atender as necessidades da comunidade.

Para investigar essa temática optou-se por um estudo de caso por se tratar de uma metodologia de pesquisa qualitativa no âmbito da educação, portanto capaz de captar a dinâmica do fenômeno educacional e a realidade complexa do dia-a-dia das escolas. Essa metodologia desenvolve-se numa situação natural, é rico em dados descritivos. Numa perspectiva mais aberta e flexível focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada para explicar qualitativamente a situação pesquisada.

“Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes.”

(LÜDKE e MENGA .1986.p.19)

Na coleta de dados utilizamos os seguintes instrumentos em questionário com questões semi-estruturadas e abertas para avaliarmos algumas questões para este projeto, além de realizar algumas observações de práticas pedagógicas de professores para compreender a relação que se estabelece entre estes e seus alunos.

Para melhorar a compreensão dos dados específicos realizamos, estudo de documentos que a escola utiliza para garantir o cumprimento das normas disciplinares; tais como: Regimento Escolar. No Projeto Político Pedagógico, vimos a possibilidade de compreender as relações entre teoria e prática desenvolvidas na escola, no que se refere à organização do trabalho pedagógico.

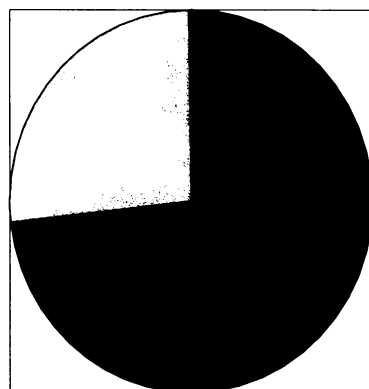
Ao pensarmos a proposta pedagógica relacionada diretamente com a organização do trabalho pedagógico da escola, Veiga afirma, que a primeira ação essencial para o norteamento da organização do trabalho da escola é que construção seja projeto coletivo.

O projeto pedagógico deve estar fundamentado numa concepção de sociedade, educação e escola que objetive a emancipação humana. Assim, enfatiza-se a necessidade do projeto ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente enquanto um processo de gestão colegiada. Desta forma o projeto político pedagógico reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar. Ele tem como função primordial coordenar a função educativa da escola para que ela alcance o seu objetivo político e pedagógico. Neste entendimento a autora afirma:

"...O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo". (VEIGA, 1998, p.9)

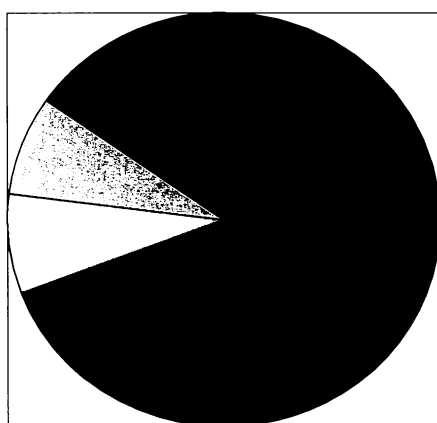
Para efetuar o levantamento de dados foram distribuídos os questionários com a finalidade de investigar as questões da disciplina e da indisciplina aos professores da Escola pesquisada.

Para construir uma análise mais global da escola, tentamos abranger o maior número de profissionais, mas depois de vários contatos com os sujeitos pesquisados, apenas alguns participaram da investigação.



- 26 questionnaires delivered
- 12 questionnaires answered
- 14 questionnaires not answered

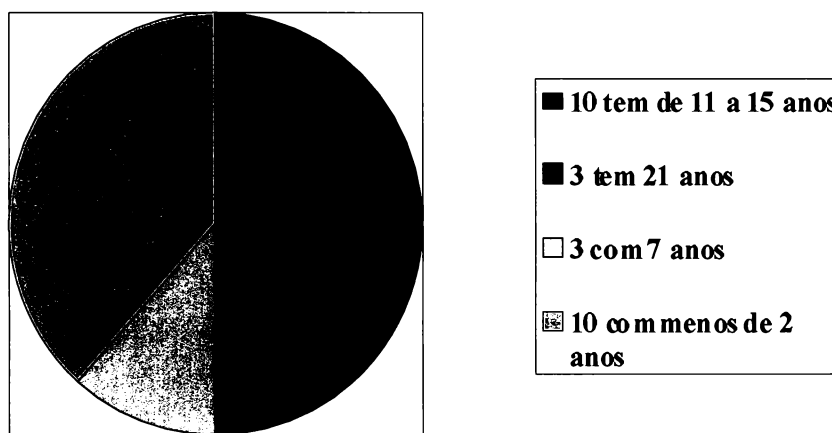
Foram distribuídos 26 questionários para professores, pedagogos e diretores, sendo respondidos apenas 12 conforme demonstra o gráfico acima, sendo que 14 os professores não devolveram e nem responderam posteriormente, apesar de nossa insistência, Com relação a formação desses professores o gráfico apresentou perfil da situação acadêmica desses profissionais.



- 11 professores com nível superior e pós graduação
- 7 com curso de Pedagogia
- 2 com curso de Educação Física
- 2 com curso de Letras
- 1 com curso de Administração

Dos 26 profissionais da educação que responderam a pesquisa na escola, 11 tem grau superior concluído com pós-graduação, sendo 7 em Pedagogia, 2 Educação Física, 2 Letras, 1 Administração e 3 sem formação superior, com curso a nível médio em Magistério.

Do conjunto desses professores 10 tem de 11 a 15 anos de atuação na Rede Municipal de Curitiba e na escola, 3 professores com mais de 21 anos de Magistério e que atuam na escola, 3 professores com 7 anos de rede e de escola e 10 professores menos de 2 anos na rede e de escola.



Em termos de tempo de trabalho na escola verifica-se o número de profissionais com experiência profissional encontra-se equilibrado com os novos professores, que podem ser recém formados e com sucesso nos últimos concursos públicos que dão acesso a vida profissional como docentes, o que permite uma reflexão mais rigorosa sobre a organização do trabalho pedagógico.

1.2. DISCIPLINA E INDISCIPLINA: UMA QUESTÃO DE COMPORTAMENTO OU DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ?

No que se refere aos atos de indisciplina escolar, a partir da proposta de trabalho pedagógico, entende-se que estes devem ser solucionados na escola de acordo com o Projeto Político Pedagógico, articulando-se às normas do Regimento Escolar cujo conteúdo explicita competência e autoridade dos professores e diretores para aplicar as punições, nos casos menos graves cabe ao colegiado (Conselho de Escola), nos casos mais graves, a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 5º., defenda a inconsistência dessa idéia de liberdade absoluta. No que se refere a igualdade de todos, perante a lei, ou seja, que homens e mulheres, independente da idade, são iguais em direitos e obrigações. Nesta perspectiva para alguns educadores o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) “confere apenas direitos” às crianças e aos adolescentes.

Como cita o artigo 112 do ECA, conforme descrito na Revista Aprende Brasil que:

“...Os direitos apontados pelo ECA são essencialmente os mesmos de qualquer cidadão brasileiro. Conclui-se que crianças e adolescentes devem igual respeito à lei, ao próximo e às autoridades constituídas. Prova disso é que o adolescente que pratica alguma conduta descrita como crime ou contravenção está sujeito a medidas socioeducativas”. (Revista Aprende Brasil. 2006p. 22)

Percebe-se que existe alguns elementos teórico metodológicos que precisam ser explicitados no tocante ao conteúdo teórico do Projeto Político da Escola e medidas disciplinares adotadas na escola, a partir do Regimento Escolar que consiste na aplicação de:

- Advertência Verbal;
- Advertência escrita com comunicação aos pais;
- Suspensão da freqüência às atividades normais da classe;
- Transferência de turma;
- Transferência de turno.

O presente estudo permite verificar que o direito à educação perpassa pela compreensão dos limites, como também pelo ato de conhecer o significado do não, o que por sua vez, traduz no entendimento da escola, invariavelmente, o direito a ser educado e corrigido quando da violação de leis ou regras de conduta e convivência que na maioria das vezes foram construídas na ausência dos alunos e da comunidade. Com a participação dialógica, transparente e democrática professores, funcionários, famílias e educandos puderam instituir e consolidar um modo de convivência respeitoso e saudável para o desenvolvimento das finalidades educativas a que se propõe o ato de educar, já descrito no Projeto Político Pedagógico da escola.

O trabalho escolar exige esforço, dedicação e compromisso de todos os segmentos que compõe a instituição escolar. Nesse sentido, a concepção de disciplina, não pode basear-se puramente no sentido exterior no conjunto de regras de conduta que na realidade são normas disciplinares e hierárquicas rígidas.

Desta forma, pensar uma concepção de disciplina significa estabelecer relações entre os objetivos da educação escolar, transmissão e assimilação dos conhecimentos escolares enquanto tarefa progressista da escola que é a formação de seres humanos em condições de ser governante e de certa forma construir uma nova sociedade.

A disciplina para Gramsci significa: *“...a capacidade de comandar a si mesmo, de se impor aos caprichos individuais, às veleidades desordenadas; significa, enfim uma regra de vida.”* (FRANCO. 1986. p.64).

A organização escolar nesta abordagem teórica possibilita o desenvolver um grau de consciência da necessidade livremente aceita, na medida em que é reconhecida como necessária para que um organismo social atinja o objetivo a que se propôs.

Ainda afirma Gramsci: *“... a disciplina não é o oposto da liberdade e tampouco algo que pode ser fixado de fora, do exterior. Ao contrário, disciplinar-se é tornar-se independente e livre.”*(FRANCO.1986.p.64).

A disciplina vem se constituindo em preocupação e apreensão permanentes dos educadores e estes se referem ao problema da disciplina na escola, no que diz respeito somente ao aluno. O problema da indisciplina passa a ser a indisciplina do aluno.

As reclamações dos educadores conforme observações na escola estudada representam o pensamento de muitos professores, conforme pesquisas do Aquino que apresentam algumas configurações: que os alunos são insubordinados, depredam o patrimônio escolar, falta de atenção às aulas, não estudam, usam palavras de baixo calão, brigam, que as famílias não querem nem saber do que os filhos deixam de fazer ou não, deixam de fazer as lições e etc.

Os educadores passam a aplicar medidas corretivas para tentar eliminar o problema. Reduzir o problema da disciplina na escola às faltas cometidas pelos alunos, pouco contribui para a compreensão dessa problemática, isto porque a disciplina não pode ser entendida de maneira estanque, como se fosse atribuída há um ou outro elemento do processo ensino e aprendizagem.

Entende-se que a disciplina, diz respeito a todos os elementos envolvidos com a prática escolar e precisa ser entendida como algo necessário para se atingir um fazer pedagógico que leve o educando a entender de forma dialógica a sua importância no processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, disciplina está diretamente relacionada à forma como a escola se organiza e desenvolve o seu trabalho na perspectiva do projeto político pedagógico; isto é ao seu processo de transmissão e assimilação dos conhecimentos elaborados historicamente pelo homem.

A disciplina deixa de ser algo que só diz respeito ao aluno e passa a ser uma preocupação permanente de toda a comunidade escolar, portanto uma exigência do processo de organização da escola.

O trabalho pedagógico não é um processo natural, espontâneo e tampouco ocasional. Ao acreditar o contrário, coloca-se em risco o êxito da escola e pode contribuir para que ela não alcance as suas finalidades, pois onde cada um faz o que quer, instala-se, uma espécie de caos anárquico que além de levar a um

vazio educativo prejudica ainda mais os alunos da classe trabalhadora; que realmente precisam dos conhecimentos escolares.

Makarenko, educador russo, procura *“... estabelecer as relações entre educação e disciplina, entendida esta como um resultado daquela e não uma imposição externa.”* (FRANCO. 1986.p.63)

Esse educador pensava que a conquista do saber era uma coisa tão difícil, árdua e complicada que era impossível atingi-la, a não ser com muito esforço, trabalho e disciplina. Por outro lado, estava convencido de que a disciplina não surgiria espontaneamente e que a escola não poderia arriscar seu êxito. Sem disciplina, a escola não chegaria a alcançar as suas finalidades.

E o que caberia à escola?

Para Makarenko: *“...o papel da escola é exigir o máximo possível do aluno e, ao mesmo tempo, distingui-lo com o maior respeito possível.”* (FRANCO. 1986.p.63).

Exigir o máximo do aluno, não significa exigir o que está além de suas possibilidades, nem tão pouco exigências desligadas das pretensões e capacidades dos alunos. Espera-se com isso, repudiar o simples arbítrio e incentivar o compromisso responsável e organizado do educando.

Para Makarenko: *“... a disciplina deve ser acompanhada da compreensão da sua necessidade, da sua utilidade, da sua obrigação, do seu significado de classe”* (FRANCO. 1986. p. 63).

Também FRANCO, lembra que é preciso entender que: *“... a disciplina, assim, deve configurar-se na capacidade de abster-se de atitudes ou atos que servem para proporcionar proveito e satisfação pessoais e que, no entanto, podem prejudicar sua vida, sua conduta e a terceiros enfim toda a sociedade.”* (FRANCO. 1986.p. 63).

Nesta concepção, afirma-se que a disciplina não se cria com algumas regras, mas no contexto do sistema educativo, revelando toda a organização da

vida escolar, com a diversidade das influências que atuam sobre a criança, eliminando todas as formas de castigos e outras medidas coercitivas.

Desta forma, a disciplina constitui o resultado de todo o processo educativo, condição necessária para que o aluno lhe dê seu significado e compreenda por que ela é necessária. As influências educativas referem-se à instrução, métodos de ensino, interação professor-aluno, conteúdos transmitidos etc, num processo de cooperação e formação do homem necessário à construção de uma nova sociedade.

É possível alcançar a disciplina segundo MAKARENKO:

“... através do trabalho conseqüente do coletivo da escola, de uma escola onde o aluno se sinta feliz e co-responsável pelo êxito escolar, uma escola em que cada aluno deve sobretudo estar convencido de que a disciplina é a forma de melhor conseguir o fim visado pela coletividade.”

(FRANCO. 1986.p.63)

Quando o aluno realiza algo que lhe agrada, este o realiza sem se preocupar com a questão da disciplina, porque comprometem-se com os objetivos e exigências da escola, na medida em que estes lhe proporcionam alegria, percebe a importância para a sua vida e para a construção de uma nova sociedade.

O projeto político pedagógico da escola traz como princípio o que se associa a questão da formação disciplinar na escola a partir da teoria sócio – histórica de Vygotsky tendo como fundamentação o materialismo histórico, teoria de Karl Marx sobre a sociedade. Para Marx “ mudanças históricas na sociedade e na vida material produzem mudanças na natureza humana (consciência e comportamento)”. Vygotsky foi o primeiro a tentar correlacionar esta teoria as questões psicológicas concretas.

Segundo o projeto político pedagógico da escola:

“...O desenvolvimento para Vygotsky é um complexo processo dialético, que ocorre na interação entre homem natureza e homem – homem, admitindo que o mecanismo

de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem na sociedade e na cultura sua origem. Vygotsky coloca que aprendizagem e desenvolvimento estão inter – relacionados desde o início da vida, no entanto um difere do outro, onde o aprendizado organizado resulta em desenvolvimento mental, pondo em atividade vários processos internos de desenvolvimento.”

Para Vygotsky, o verdadeiro curso do desenvolvimento do pensamento é do social para o individual e não do individual para o social, onde o processo de formação do pensamento é despertado e acentuado pela vida social, sendo que a linguagem intervém no processo do desenvolvimento intelectual da criança desde o nascimento.

Vygotsky entende o pensamento e a linguagem como dois círculos interligados, e nesta intersecção é que se produz o PENSAMENTO VERBAL, o qual não inclui todas as formas de pensamento, nem todas as formas de linguagem. Existem áreas do pensamento, como a inteligência prática, que não tem relação com a fala.

A construção do real pela criança, das significações, a aprovação que esta faz da experiência social parte no meio externo (social) e paulatinamente esses significados são internalizados por ela, passando a constituir a própria consciência da criança.

Para Vygotsky a educação formal oportuniza um aprendizado que produz uma característica nova no desenvolvimento da criança, ele desenvolveu o conceito da Zona de Desenvolvimento Proximal, que refere-se a distância entre o nível de desenvolvimento real, tudo aquilo que a criança faz sozinha, e o nível de desenvolvimento potencial, aquilo que ela consegue fazer com o auxílio de outras crianças mais capazes ou de adultos.

Para nós os estudos de Vygotsky são de grande importância visto que consideramos que o homem se constrói no confronto dialético com o mundo e os outros homens, onde seu desenvolvimento caminha no sentido de construir a autonomia, a cooperação e a atuação criativa e crítica na realidade a qual está inserido.

Concebemos a educação como uma instância social, entre outras, na luta pela transformação da sociedade, de sua democratização efetiva e concreta, atingindo todos os aspectos: econômicos e sociais; desvendando e utilizando-se das próprias contradições da sociedade, para trabalhar criticamente pela sua transformação.

Neste sentido a escola tem por função socializar o conhecimento, com qualidade, para todos indiscriminadamente. De acordo com Miguel G. Arroyo: “ Na prática educativa socializamos os aprendizados que fizemos e fazemos, que a sociedade acumulou, que nós acumulamos como indivíduos e como coletivo”. (ARROYO.1999, p. 154)

Somente com a apropriação crítica do conhecimento historicamente elaborado pela humanidade é que haverá a compreensão da realidade, por este motivo a escola

precisa priorizar esses conteúdos culturais a todo os educandos. Nesta perspectiva a escola objetiva a formação do indivíduo para o exercício da cidadania, compreendida na formação do homem social, sujeito e transformador das relações econômicas, políticas, sociais a que pertence.” (Projeto Político Pedagógico Escola...2006.p.29-30)

Enfatiza-se ao mesmo tempo, a necessidade e a importância de se evitar a coação e o arbítrio.

Portanto, entendo que a disciplina não pode ser entendida como uma imposição externa e contrária aos anseios da coletividade, mas sim como um meio necessário para que esta crie e encaminhe uma assimilação responsável e cooperativa das diretrizes de trabalho serem realizadas.

A proposta da escola visa assegurar ao aluno, ainda que de forma abstrata a condição de ser dirigente, e isto não acontece espontaneamente ou livremente, ao contrário o trabalho escolar, preocupa-se em propiciar ao aluno condições para ser dirigente e não subalterno, isso exige esforço, trabalho e disciplina. Desta forma a disciplina se traduz em colocar o aluno rumo aos conhecimentos elaborados historicamente pelo homem, através de muita concentração e dedicação.

Assim a tarefa fundamental da escola é a de promover o desenvolvimento integral do aluno, na medida em que deve formá-lo contemplando todas as dimensões humanas. Tarefa que não se realiza através da brincadeira, do divertimento e do ensino facilitado, por estas razões a escola deve criar condições para que o aluno a trabalhar com disciplina e seriedade.

As inúmeras configurações e enfoques que a noção de indisciplina pode assumir na análise dos pressupostos subjacentes às idéias e explicações sobre o fenômeno da disciplina presentes no meio educacional, diz respeito as idéias que não apontam consenso. A complexidade do assunto e a falta de pesquisas relativa ao enfoque escolar que poderia mapear com refinamento tais estudos, também à multiplicidade de interpretações que caracterizam o tema, pode dificultar a análise desta questão na escola. O próprio conceito de indisciplina, como toda criação cultural, não é estático, uniforme, nem tampouco universal.

Pensa-se a partir deste projeto disciplina, como a que ela se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade, nas diversas classes sociais, instituições e até numa mesma camada social.

A palavra disciplina pode ter diferentes sentidos, variando de acordo com as vivências e o contexto dos sujeitos envolvidos.

Segundo o dicionário o termo disciplina pode ser definido como regime de ordem imposta ou livremente consentida. Ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc)

Relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor. Observância de preceitos ou normas e submissão a um regulamento.

Segundo FERREIRA, disciplinar, é o ato de:

"... sujeitar ou submeter à disciplina: disciplinar uma tropa. Fazer obedecer ou ceder; acomodar, sujeitar, corrigir: Procurou disciplinar os instintos selvagens da criança "E ainda, disciplinável como "aquele que pode ser disciplinado". Já o termo indisciplina refere-se ao procedimento ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião. Sendo assim, indisciplinado é aquele que "se insurge contra a disciplina."

(FERREIRA. 1986.p. 595)

Com a citação de FERREIRA, pode-se entender que disciplinável é aquele que se deixa submeter, que se sujeita, de modo passivo, ao conjunto de prescrições normativas geralmente estabelecidas. Disciplinado é, portanto aquele que obedece, que cede sem questionar, às regras e preceitos vigentes em determinada organização. Disciplinador é, aquele que molda, modela, leva o indivíduo ou o conjunto de indivíduos à submissão, à obediência e a acomodação. Já o indisciplinado é o que se rebela que não acata e não se submete também não se acomoda provocando rupturas e questionamentos.

Comumente no meio educacional, costuma-se compreender a indisciplina, manifesta por um indivíduo ou um grupo como um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, intransigência, desacato, traduzida na falta de

educação ou de respeito pelas autoridades, na bagunça ou até mesmo na agitação motora.

Uma espécie de incapacidade do aluno de se ajustar às normas e padrões de comportamentos esperados. Nesse contexto, todo ato de inquietação, conversa ou desatenção é tida como indisciplina do aluno, pois nessa visão as regras são imprescindíveis ao desejado ordenamento, ajustamento e controle e coerção dos alunos e da classe.

Uma outra tendência é associar a disciplina à tirania, onde qualquer tentativa de elaboração de parâmetros ou definição de diretrizes é vista como uma prática autoritária, deformadora e diria até restritiva, ameaçando o espírito democrático e cerceia a liberdade e espontaneidade das crianças. Assim, a disciplina assume um caráter de opressão e enquadramento, devendo subverter, ignorando e até abolindo todas as regras e normas existentes na escola. Diante de esse contexto apresentar condutas indisciplinadas é visto como uma virtude, pois pressupõe coragem de ousar, de desafiar os padrões vigentes.

Ao se tratar de indisciplina na sala de aula é preciso examinar diferentes aspectos que se manifesta na interação estabelecida com os alunos, o modo como se interpreta a disciplina acarreta uma série de implicações à prática pedagógica principalmente na definição de critérios para avaliar seus desempenhos na escola, como também no estabelecimento de objetivos que queiramos alcançar.

A indisciplina, nas citações de FERREIRA, é vista também como reflexo da pobreza e da violência presentes na sociedade e reforçada pelos meios de comunicação, parte-se da idéia de que os alunos são os retratos de uma sociedade injusta, opressora e violenta o pressuposto desta visão é que o indivíduo é um “receptáculo vazio” que se modela passivamente às pressões do meio, e a escola se vê impotente em lidar com o aluno que provém de ambientes financeiramente e culturalmente desfavorecidos.

Se a educação transmite modelos sociais de comportamento, a escola pública na sua relação com o educando precisa ter claro que cada classe social e cada grupo social engendra modelos de comportamentos ideais, historicamente

construídos, esses modelos são assimilados no contexto da sociedade global e refletem as relações de força entre as várias classes sociais.

E a escola está posta como mediadora , pois busca a formação humana de seus educandos numa relação que busca formar a personalidade a partir das realidades sociais e políticas, internalizando as normas sociais, fixando no amágo da personalidade estruturas psicológicas de dependências, renúncia e idealização.

Uma escola vista por este prisma, difunde idéias políticas, onde sendo pública, muitas vezes sofre a pressão da classe dominante que impõe suas idéias políticas para passar ideologicamente suas finalidades, seus interesses e sua concepção de sociedade para a sociedade global, daí a importância da disciplina em todos os sentidos no contexto escolar.

Cabe citar MATOS, que ilustra o papel da escola, como:

"...a escola é uma instituição educativa: esforça-se por colocar em ação os meios mais eficazes para alcançar as finalidades educativas perseguidas pela sociedade. Transmite às crianças modelos explicitados e esterilizados de comportamento, isto é, modelos mais puros, mais esquematizados, do que aqueles que a criança adquire através do contato social direto. Ensina as crianças a se controlar, em isto é, dominar seus impulsos sexuais e agressivos, e facilita a sublimação inculcando-lhes certos ideais, explica-lhe, direta ou indiretamente, o que é a sociedade, como ela funciona e quais são os deveres dos cidadãos. Em suma, a escola visa a uma transmissão mais eficaz dos modelos e das normas de comportamento, dos fundamentos éticos do controle pulsional e das idéias sócio-políticas".

(MATOS. 1997.p.30)

O problema da indisciplina está relacionado à desvalorização da escola por parte dos pais ou até mesmo a culpa que muitas vezes delegam à ela pela dissolução do modelo nuclear familiar anteposto pela sociedade: eles nunca aparecem na escola, muito menos nas reuniões, não acompanham as lições e nem assinam as advertências! Percebe-se que a responsabilidade pelo comportamento do aluno se traduz apenas para a família, isentando a escola de uma revisão interna.

Outros entendem que a manifestação de maior ou menor indisciplina no cotidiano escolar, está diretamente ligada aos traços de personalidade de cada aluno, deste modo a responsabilidade é dada a cada criança ou adolescente, assim transparecer uma concepção de desenvolvimento inatista. Revelando que as características individuais são definidas por fatores endógenos independentes, da aprendizagem e das influências do universo cultural. Significando que os traços comportamentais de cada aluno já estão definidos fazendo parte da “natureza do indivíduo” e concluindo que a escola não influencia e nem interfere no comportamento individual.

Uma outra maneira de justificar as causas da indisciplina, bastante presente no ideário educacional, se refere à tentativa de associar o comportamento indisciplinado a alguns “traços inerentes” a infância e à adolescência.

Afirma-se que os adolescentes são naturalmente revoltados e rebeldes, e que não adiantaria lutar contra isso. Como nos coloca REGO: “... *Criança é indisciplinada e desobediente por natureza, precisa ser domada.*” (Rego.1996, p.89)

Novamente as características individuais também são dadas a priori, pois estão relacionadas à etapa da vida em que o aluno se encontra. É uma outra versão do inatismo, pressupondo a existência de características universais que se manifestarão em estágios previstos.

Já os profissionais da educação (diretores, coordenadores, técnicos etc.) e muitos pais ao analisar o tema da indisciplina acabam por atribuir os problemas de comportamento ao professor.

Desta maneira a culpa é geralmente atribuída ao aluno, entendido como portador de defeitos ou qualidades morais e psíquicas definidas independentemente da escola. Nesta perspectiva, a origem da indisciplina está relacionada à falta de autoridade do professor, de seu poder de controle e aplicação de sanções. O problema parece se reduzir a maior ou menor pulso para administrar sua turma de alunos, e como aplicar medidas rigorosas ou mais punitivas. Neste caso, a disciplina é sinônima de ordem, submissão e respeito à hierarquia confundindo-se autoridade e autoritarismo.

É importante observar que do ponto de vista, do aluno indisciplinado suas críticas são dirigidas ao sistema escolar, à má qualidade das aulas, organização de horários e espaços, pouco tempo para o recreio, matérias incompreensíveis, desinteressantes, da aspereza do professor, da falta de clareza, de terem que ficar sentados por muito tempo, escassez de materiais e ausência de regras claras etc.

Diante de tudo, o que foi exposto ainda não se esgota o tema da Indisciplina, porém percebe-se que as relações entre o indivíduo, a escola, a família e a sociedade são complexas.

1.3. ORIGEM E SURGIMENTO DAS NORMAS DISCIPLINARES E SEUS IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros deste grupo social. A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras de seu funcionamento e da convivência entre os diferentes segmentos que nela atuam.

Partindo desta afirmação, segundo MATOS:

“... as relações que se desenvolvem no interior da escola são naturalmente móveis como todas as demais. Professores e alunos estão envolvidos em relações complexas na sala de aula, e que envolvem relações sociais, políticas e também epistemológicas do próprio saber que está lá, porque o professor é sempre professor de alguma coisa. Contudo o espaço micro “aula” indica que toda produção que dela deriva é produto coletivo, a produção do saber na sala de aula resulta do trabalho do professor e do aluno. Entretanto, essa relação de reciprocidade é negada pela atuação arbitrária do professor sobre a personalidade do aluno”.

(MATOS.1997.p.32)

Dentro da organização escolar, o aluno está submetido a um poder alheio por boa parte de sua vida, deve obediência à autoridade do professor e cumprimento de normas, estando na maioria das vezes estes conceitos

construídos socialmente vinculados à sua visão de mundo e porque não dizer que quase sempre se sente obrigado a aderir a elas.

O professor determina o objeto do trabalho escolar do aluno e decide sobre o seu processo de trabalho, determina os instrumentos e critérios da avaliação, tem a palavra final quanto ao seu aproveitamento, progressões e ainda dar o parecer segundo a sua disciplina ou não, portanto na organização do trabalho escolar é fundamental as discussões sobre o que é ou não normas disciplinares e seus impactos na organização da escola.

As normas deixam de ser vistas apenas como prescrições castradoras, e passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. O texto acima nos faz entender que mais que subserviência cega, a internalização e a construção coletiva de determinadas regras pode levar o indivíduo a uma atitude autônoma, possivelmente libertadora, pois é capaz de orientar e balizar suas relações sociais. O disciplinador neste ponto de vista, é aquele que educa, oferecendo parâmetros e estabelece limites.

As abordagens inatistas inspiradas nas premissas da filosofia racionalista e idealista (que postulam a existência de características inatas, independentes das influências culturais) e ambientalistas, baseadas na filosofia empiristas e positivistas (que ao enfatizar os fatores externos no processo de desenvolvimento, entende o sujeito como resultado da modelagem e condicionamento social) pode se afirmar que estão praticamente superadas.

A psicologia contemporânea comporta uma pluralidade de enfoques teóricos e uma variedade de métodos de investigação tende a admitir que as características de cada indivíduo não sejam dadas a priori nem determinadas pelas pressões sociais.

Acredita-se que elas vão sendo formadas a partir das inúmeras interações do indivíduo com o meio, abrangendo o contexto físico e social, o qual inclui as dimensões interpessoal e cultural.

Revela-se como um processo dinâmico, ativo e singular, onde o indivíduo estabelece trocas desde o momento que nasce com o meio, à medida que internaliza as formas culturais, transformando-as e realizando intervenções.

Pode-se inferir que algumas concepções de desenvolvimento humano predominante no meio educacional trazem sérias conseqüências à prática pedagógica, pois acabam reforçando a idéia de um determinismo prévio por razões inatas ou adquiridas, capaz de acarretar certa perplexidade e imobilismo do sistema educacional.

Segundo VEIGA, percebemos que esta afirmação está consolidada:

“...na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução.”

(VEIGA.1998.p.14)

É como se a escola, se visse desvalorizada e isenta de cumprir o seu papel de possibilitadora e desafiadora, causando um impacto frente a autonomia que tem para o delineamento de sua identidade, pois para poder assegurar questões como das normas disciplinares, tem que ter presente que: *“... o significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos das ações educativas, sem imposições externas”*.(Veiga.1998.p.19).

Portanto, entende-se que certas posições precisam ser revistas, já que explicações, mitos e crenças sobre o fenômeno da indisciplina na sala de aula difundidas no meio educacional, além de acarretarem implicações à prática pedagógica. A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam, como nos coloca REGO:

“...as normas deixam de ser vistas apenas como prescrições castradoras, e passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. Mais do que subserviência cega, a internalização e a obediência a determinadas regras pode levar o indivíduo a uma atitude autônoma e, como conseqüência, libertadora, já que orienta

e baliza suas relações sociais. Neste paradigma, o disciplinador é aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites.”

(REGO.1996.p.86)

Concluindo o educando precisa sim aderir a regras e estas somente podem vir de seus educadores, pais, professores, pois os limites pautados por estas regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo, como algo ultrapassado, fora da realidade, mas devem ser vistos positivamente como algo que situa, dá consciência de posição ocupada dentro de um espaço social, da família, da escola e na sociedade como um todo, não afirmando que a disciplina impede os questionamento, as perguntas, as opiniões daquele que a obedece.

1.4. O PAPEL DA ESCOLA EM RELAÇÃO À DISCIPLINA

Em termos de educação, primeiramente se perguntaria: Qual o papel da escola para com seus discentes e docentes no que se refere à disciplina?

A resposta a essa questão implica pensar se a função primordial da escola é a de veicular os conteúdos classicamente preconizados ou será que conformar moralmente os sujeitos a determinadas regras de conduta?

Retomando a sua principal função, entende-se que o papel essencial da escolarização é atender a dimensão imediatamente do ensino, isto é, a escola estaria a serviço da apropriação epistêmica do ensino, por parte das crianças e adolescentes, dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Outra função aceita, pressupõe a dimensão social da escola, definindo-a como ensaio, preparação do jovem cidadão para o convívio em grupo e em sociedade. Também não se pode esquecer a dimensão profissionalizante da educação, assegurando-lhe a tarefa da educação para o trabalho, pois este é um local onde a disciplina está posta desta assiduidade, pontualidade, respeito a normas e deveres, onde o educando viverá os conceitos e conhecimentos adquiridos na convivência escolar.

Ao se considerar esta tríade funcional historicamente atribuída à instituição escolar, não se pode desconsiderar a questão disciplinar, pois é um fato que

atravessa o espaço escolar caracterizando-se por turbulência e ou apatia nas relações, confrontos velados, ameaças de diferentes tipos etc.

A visão romântica da escola como lugar de florescimento das potencialidades humanas parece ter sido substituído às vezes pela imagem de um campo de batalha. A problemática da indisciplina, o aprofundamento das discussões exige recuo estratégico de pensamento.

Diante do exposto por Vygotski (1984), a escola não pode se eximir de sua tarefa educativa no que se refere à disciplina:

“...Uma das metas da escola é que os alunos aprendam as posturas consideradas corretas na nossa cultura, a prática escolar deve dar condições para que as crianças não somente conheçam estas expectativas, construam e internalizem valores da nossa cultura, tais como: apresentar atitudes de solidariedade, cooperação e respeito aos colegas e professores; e principalmente desenvolvam mecanismos de controle reguladores de sua conduta (ações voluntariamente controladas, na linguagem).”

(VYGOTSKI.1984.p.18)

Para que este fato ocorra, a escola e os educadores precisam aprender adequar suas exigências às possibilidades e necessidades dos alunos como, por exemplo: quanto à sua capacidade de concentração, possibilidades motoras, compreensão de determinadas matérias etc.

Os alunos, mais do que obedecer e se conformar com as regras estabelecidas, devido ao receio de punições e ameaças sejam elas quais forem: notas baixas, advertência para os pais assinarem, suspensão das aulas, precisam ter a oportunidade de conhecer e discutir as intenções que a originaram assim como as conseqüências caso sejam infringidas.

Desta forma, o papel do professor como mediador é de fundamental importância, uma prática baseada nestes princípios terá um efeito educativo, propiciando às crianças e adolescentes que em situações necessárias saibam avaliar e tomar decisões por si só .

Aos educadores, recomenda-se que reflitam constantemente sobre as regras presentes na escola, se estas são coerentes, justas, necessárias e até

mesmo se podem ser negociadas ou flexibilizadas, buscando coerência entre a sua conduta e aquela esperada dos alunos.

Afinal, é também através da “...*imitação dos modelos externos que a criança aprende.*” (VYGOTSKY, 1984. p.32).

Caso a indisciplina esteja instaurada em determinada prática, suas causas, as idéias de Vygotsky nos sugerem que as possíveis soluções para este fenômeno, devem ser buscadas também nos fatores intra-escolares, aspectos que extrapolam o espaço da sala de aula e envolvem a escola como um todo.

Em síntese, mais do que esperar a transformação das famílias ou de lamentar os traços de comportamento dos alunos que ingressam na escola, é preciso que os educadores concebam estes antecedentes como pontos de partida e analisem profundamente os fatores responsáveis pela indisciplina na sala de aula.

O modo como a escola interpreta a disciplina ou indisciplina, leva a várias implicações no plano pedagógico, pois é ela que oferece elementos capazes de interferir não somente nas interações estabelecidas com os alunos e na definição de critérios para avaliar e alimentar sua prática educativa de forma flexível, estabelecendo objetivos que se quer alcançar.

2. INVESTIGANDO A RELAÇÃO ENTRE DISCIPLINA E INDISCIPLINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA QUE DEFENDE A GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.1. OS CÓDIGOS PRESENTES NA ESCOLA

Quando perguntado aos entrevistados o que se entende por disciplina, as respostas variaram muito, revelando uma diversidade no entendimento do conceito da palavra “disciplina”, vejamos as opiniões: são hábitos e atitudes inerentes à formação da pessoa humana, onde o meio e as pessoas são fatores importantes para que ela seja deferida”, “atitude de realizar determinadas tarefas e ações obedecendo às regras definidas, auxiliando na organização geral do que está sendo realizado”, “ conduta pertinente e adequada em diferentes situações, concentração e envolvimento nas atividades”, “ quando o indivíduo reconhece e respeita as normas de boa convivência , respeita o outro e realiza as suas obrigações”, “ organização, respeito e cumprimento das regras estabelecidas pela sala de aula como um grupo e pela escola”, “ respeito que você tem por você mesmo e pelos outros”, “respeitar as regras impostas pela escola e pelo professor”, “ é a maneira organizada para a realização de um ou vários trabalhos”, “ alunos que se respeitam, sabem ocupar seu espaço sem agressão física ou verbal”, “ prática de regras, rotinas que fazem parte da organização e ordem” , “capacidade que o indivíduo tem de realizar suas atividades coletivamente , ou não, interagindo com o grupo de maneira ordenada e cooperativa, de uma maneira produtiva e enriquecida de aprendizado”, e assim podemos ter uma noção de como se pensa a disciplina neste grupo analisado.

Pode-se perceber um destaque para as idéias mais presentes, como a de organização, ordem, respeito, normas e regras.

Analisando estas colocações, percebe-se que a diferença tem como nos coloca MATOS:

“... determinação de alteridade, diferenciada desta pelo uso recorrente à determinação. Assim , A é diferente nisto de B que, por sua vez, difere naquilo de C. O que significa que as coisas podem diferir enquanto tem aquilo de que diferem. Entretanto, a constituição do ser humano como sujeito dá-se dentro do jogo das relações sociais”.

(MATOS.1997.p.34)

A diferença passa pelo respeito a diversidade a qual é um código essencial no interior da escola, pois tende a levar o educando de maneira implícita a desenvolver uma relação de igualdade entre pessoas concretas, conscientes e comprometidas com o projeto de transformação das estruturas injustas e com a humanização do mundo, fechamos mais um código que possibilita uma reflexão no ambiente escolar fazendo dela e de seus profissionais pessoas diferentes que têm necessidades e visões de mundo diferentes daquela posta socialmente pelas classes dominantes de somente reproduzir conhecimentos e não de interagir e construir este no contexto escolar em que se está inserido.

2.2. CONFLITO ENTRE AS NORMAS DISCIPLINARES E AS PRÁTICAS DOCENTES

Com base no cotidiano escolar um dos fatores que levam os profissionais da educação, e mais propriamente os docentes são o entendimento do que é a disciplina, para evitar rotular o aluno com condições de obter sucesso na aprendizagem do conhecimento, mesmo apresentando um comportamento irreverente, onde as normas têm um papel pré-estabelecido no comportamento humano, como nos afirma AQUINO:

“... não é possível imaginar que a saída para a compreensão e o manejo da indisciplina resida em alguma instância alheia a relação professor-aluno, ou que esta permaneça sempre a reboque das determinações extra-escolares. Abstenhamos-nos, pois, de demandar uma ação mais efetiva da família, uma melhor definição social do papel escolar, ou mesmo um maior abrigo das teorias pedagógicas. A saída esta no coração mesmo da relação professor-aluno, isto é, nos nossos vínculos cotidianos e, principalmente, na maneira com que nos posicionamos perante o nosso outro

complementar. Afinal de contas o lugar do professor é imediatamente relativo ao do aluno. “

(AQUINO. 1996.p.50)

Portanto, a definição do papel do professor frente ao aluno, é claro, suas concepção de vida e os valores que acredita fazem parte do contexto acadêmico em que o aluno é inserido, pois a família é responsável pela vida do aluno e a escola com seu papel educativo, ajudam a formar um homem que amplia o seu conhecimento e vai em busca de novos, ficando claro que para alguns a escola muitas vezes necessita limitá-los para que possam avançar enquanto pessoa humana, vivendo e se relacionando com o meio em que o cerca.

2.3. A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE A INDISCIPLINA

Existe um aspecto capaz de influenciar significativamente o processo educativo desenvolvido na instituição escolar diz respeito à visão dos diferentes elementos da comunidade escolar (professores, técnicos, pais e alunos) sobre as causas da indisciplina.

É necessário identificar, principalmente os pressupostos subjacentes às explicações geralmente manifestas pelos educadores, que acabam por revelar, ainda que de maneira implícita determinadas visões de desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo, e como decorrência, o papel desenvolvido pela escola.

Neste contexto escolar, os educadores se mostram atônitos e perplexos com o fenômeno da indisciplina, tentam ainda que de modo impreciso e superficial explicações para a existência desta manifestação.

Desenvolvendo na escola uma visão democrática sobre a disciplina, são imprescindíveis, algumas normas que sirvam de referência e ajudem a conseguir um ambiente sereno de trabalho, ordem e colaboração, um referencial geralmente aceito, que determina o limite que a liberdade dos outros impõe à nossa própria liberdade.

Na escola pesquisada, constatou-se durante as observações e encontros de professores nas permanências, onde realizam estudos e na leitura discussão sobre o texto de FRANCO, “ A disciplina na escola”, propuseram que a questão passe pelo estabelecimento de normas básicas de convivência, que:

- Sejam poucas e coerentes com o processo educativo;
- Que estejam formuladas e justificadas com clareza e sensatez;
- Que sejam conhecidas e aceitas por todos: pais, professores e alunos;
- Que seu cumprimento seja exigido.

Numa visão burocrática, é lógico que as normas conforme colocam alguns professores no momento deste estudo, não são suficientes, não se consegue a disciplina escolar mediante a aplicação exaustiva das sanções estabelecidas. A convivência harmônica entre toda a comunidade escolar é conseqüência de um processo de formação pessoal que torna possível a descoberta da necessidade e valor destas normas elementares de convivência, que ajudam a formação de hábitos onde se desenvolve a vida pessoal.

Segundo FRANCO, o papel do educador está:

“... No espaço intra-escolar em que atuam, têm um papel importante a desempenhar. A aprendizagem do aluno depende, em grande parte, da competência profissional do educador: do seu compromisso com a formação do aluno; de um fazer pedagógico mais integrado entre professores e especialistas, principalmente; da transmissão de conhecimentos relevantes e significativos; de tratar o aluno como sujeito e não como mero objeto do processo ensino-aprendizagem, etc. Com isso, a escola, mesmo dentro dos marcos da sociedade existente, estaria dando a sua contribuição específica para a transformação social. Estaria contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a socialização do saber elaborado, condição necessária para atingir uma verdadeira democracia e estabelecer uma nova hegemonia, sob a direção das classes trabalhadoras. Na medida em que a escola cumpra o seu papel precípua, a disciplina torna-se uma questão e não mais um problema, e que pode ser conseguida basicamente através da persuasão e do convencimento e raramente através do uso da coerção, como tem sido a regra”.

(FRANCO. 1986.p.67)

Comumente deixando de lado a visão autoritária de disciplina, ouve-se dizer que um aluno indisciplinado é aquele que não têm limites, não respeita a ordem posta em sala de aula, provoca e causa situações de conflitos, envolvendo agressões verbais e físicas contra os colegas, fala descontroladamente durante as aulas, desafia a autoridade do professor, resiste a fazer as tarefas, levanta muito do lugar e se mostra disperso e até alheio as atividades escolares.

Os professores nesta nova visão tem a possibilidade de trabalhar com estes alunos, a partir de um momento de integração com os interesses de dar qualidade ao aluno que muitas vezes vem sendo marginalizado na família pela sua estrutura familiar e socialmente por vários motivos que ele por ser ainda um homem em formação desconhece, e que o papel e função da escola é apresentar, conforme nos confirma ABRAMOWICZ:

“...A escola não pode tudo, mais pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do Outro. A aprendizagem por vezes é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, não no ritmo e da maneira como gostariam as professoras. Mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade e com os “fracassos” (com o fim deles), com a força e com a ruína e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados. A escola tem produzido não só determinado tipo de trabalhadores necessários para o modo de produção capitalista, mas também um exército industrial de reserva quando exclui as crianças do acesso ao conhecimento. A escola tem servido sobretudo para a adaptação da criança a um determinado saber e valores da sociedade.”

(ABRAMOWICZ.1997.P.169)

2.4. RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO PEDAGÓGICO E A CONCEPÇÃO DE DISCIPLINA

Ao longo deste trabalho, percebe-se que o modo como interpretamos a (in)disciplina, sem dúvida acarreta uma série de implicações à prática pedagógica, pois fornece elementos capazes de interferir não somente nos tipos de interações estabelecidos com os alunos e na definição de critérios para avaliar seus desempenhos na escola, como também no estabelecimento dos objetivos que se quer alcançar.

Ao saber que a construção do conhecimento não se dá de forma uniforme e linear entre os alunos é que as práticas educativas devem se constituir em possibilidades de diferenciação de ensino.

Sendo assim, significa considerar os diversos processos de desenvolvimento e da necessidade de diversificação de procedimentos em sala de aula, no sentido de atender o aluno no processo de construção do conhecimento, onde a (in)disciplina e disciplina tem um papel importante se trabalhados corretamente com princípios claros e devidos pela comunidade escolar. Para tanto, deve-se ajustar a quantidade, a qualidade e a diversidade da ajuda pedagógica nesse processo.

Para ajudar a criança a vencer alguns desafios, depende muito da adequação de linguagens, observação sistemática das tentativas de resolução de problemas, além da afetividade e paciência por parte de quem interage com ela no meio social em que ela vive e ambiente escolar.

Conhecer o aluno é condição ímpar para que se possam viabilizar os processos de ensino adequados.

A responsabilidade de todos os professores que atuam nos anos escolares é a de definir ações pedagógicas para que se efetivem as aprendizagens.

Podemos estabelecer um parâmetro, a partir da colocação de SNYDERS, quando a escola busca o desenvolvimento integral de seu aluno, vejamos:

“... O autoritarismo, o risco sempre presente do autoritarismo, já nos não parece uma causa primária, mas uma conseqüência da inadequação das matérias a transmitir: na medida em que o que for inculcado não desperte o interesse dos alunos, não seja por eles interpretado como uma resposta às suas dúvidas, a matéria só poderá ser imposta pela coação, seja qual for a forma que revista. O risco de colonização será a tanto maior quanto a cultura encarnada pelo mestre mais se afastar da cultura peculiar aos alunos_ e então esta cultura dominante visa suplantar, extirpar a cultura dos dominados; já não tem possibilidades de se inscrever como continuidade enriquecedora da cultura quotidiana.”

(SNYDERS. 1976.p.101-102)

2.5. A NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS REGRAS

Para atender tal necessidade não podemos desvincular a construção coletiva das regras, do papel de uma das instituições mais importantes da sociedade, onde sem a participação desta em seu contexto e histórico socialmente construído, cabe discutirmos o papel da família como geradora da ética, enfatizando que a ela caberá, mais e mais, a cada dia que passa a grande, a enorme responsabilidade de ajudar nesta tarefa social, onde a escola tem fundamental e precioso papel com a sua especificidade enquanto àquela que leva o conhecimento historicamente construído pelos homens na sociedade, mas que também atua com clareza epistemológica e política, nesta formulação desse processo educativo.

A disciplina faz parte de um conjunto com regras definidas a partir de inúmeras situações específicas a este ou aquele aluno, e por que não dizer a este ou aquele homem que já passando pela escola, vivendo hoje na sociedade, tem a sua disciplina enquanto cidadão.

Neste conjunto estão presentes a gênese da ética, a base moral daqueles que fazem parte de um contexto quer familiar, educacional ou social.

Segundo ZAGURY:

“... Disciplinar é apenas isto: criar regras adequadas e equilibradas de vida e zelar pelo seu cumprimento. Se nos habitamos a fazê-lo, porque não nossos filhos? A ação disciplinadora, efetivada dentro de um contexto de diálogo, segurança e justiça, colaboram enormemente para o estabelecimento de padrões éticos de conduta. São através de normas de disciplina que a criança aprende a ter tolerância à frustração, persistência e autocontrole, qualidades essenciais ao desenvolvimento de padrões éticos de conduta.”

(ZAGURY,1997.p.107)

Portanto, temos que agir de acordo com os fundamentos do Projeto Político da Escola, que construído coletivamente e que cremos e não em função do que dizem ou fazem nossos vizinhos, parentes, amigos e a sociedade. Devemos sim acreditar, agindo e nunca esmorecendo, poderemos passar esses conceitos com nossos filhos e alunos procurando, garantir uma sociedade melhor, mais justa e humana, porque constituída de indivíduos conscientes, firmes e sólidos em suas convicções e crença de que todos têm direitos iguais e portanto podem atuar para transformar as desigualdades da escola e da sociedade..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade de uma instituição escolar depende em grande parte do modo pelo qual ela se envolve no processo de condução das atividades não só das áreas do conhecimento, mas na formação humana como um todo.

Para que a escola possa articular na organização de seu trabalho pedagógico as questões propostas nesta pesquisa, podem construir, em primeiro lugar que a instituição escolar tenha clareza sobre o que se entende por disciplina para ela. Dependendo da maneira com que a escola conceitua disciplina, as respostas às formulações de seu projeto político pedagógico irão variar muito, o que indica claramente porque um aluno é considerado indisciplinado em uma determinada escola. Por outro lado quando frequenta outra escola essa compreensão pode variar confundindo os pais muitas vezes a respeito do conhecimento e da prática relativa a disciplina que possuem sobre seus filhos.

Considerando que a escola esta preocupada com a formação dos seus alunos e não somente em ensiná-los é que a concepção de disciplina pode adquirir o significado de domínio de si mesmo para ajustar a conduta às exigências do trabalho e de convivências próprias da vida escolar, não como um sistema de castigos ou sanções que são aplicadas a alunos que alteram o desenvolvimento normal das atividades escolares com uma conduta negativa.

A disciplina é um hábito interno, que além de facilitar a cada pessoa o cumprimento de suas obrigações, é um autodomínio, é a capacidade de utilizar a liberdade pessoal, isto, é a possibilidade de atuar livremente, superando os condicionamentos internos ou externos que se apresentam na vida cotidiana.

Para estar em condições de educar, o professor precisa estabelecer relações cordiais e afetuosas com seus alunos, criando um ambiente estimulador de compreensão e colaboração, usando de atitudes amistosas e pacientes com todos os alunos sem distinção.

Consideramos que este trabalho necessita questionamentos que não podem ficar só nos livros, pesquisas e projetos nas escolas e na sociedade, é um assunto que não se esgota aqui, que não estamos centralizando somente na

escola ou nos professores , mas que este faz parte da jornada daqueles professores e escolas que atuam com competência profissional buscando a unidade e coerência, atuando como responsáveis pelo que ocorre ao seu redor, os comportamentos inadequados, muitas vezes restritos a poucos alunos e que tem a origem nas relações extra-escolar e social.

Esta pesquisa revela que existem problemas de disciplina, no entanto é possível no processo educativo propor e reformular a organização do trabalho pedagógico, como forma de superar a exclusão que impede o atendimento dos educandos.

Pode-se perceber e considerar que um dos fatores que mais estimula a indisciplina, ou a falta de respeito dos alunos, refere-se à falta de coerência entre o que o professor diz e o que ele faz, entre os valores que ele tenta transmitir aos alunos e os que ele mesmo vive.

Os valores e atitudes cultivados numa escola precisam ser incorporados por toda a equipe de profissionais. Qualquer grau de incoerência entre a vivência desses valores pelos professores, podem transmitir aos alunos uma visão distorcida estes valores apregoados em sua organização pedagógica.

Uma das contribuições desta pesquisa é explícita que o problema da disciplina ou indisciplina não depende exclusivamente dos professores e profissionais da educação, pois ficou claro que se na organização do trabalho pedagógico da escola em sua totalidade. Assim a formação continuada de seus profissionais caracteriza uma oportunidade de debates, estudos, discussões entre os vários segmentos da comunidade escolar, com base na compreensão crítica da realidade, coerência, responsabilidade e competência técnica, todos estarão envolvidos e comprometidos com a ação educativa da escola, atua juntamente com os sujeitos, nas práticas educativas da escola, garantindo no seu interior um processo educativo que articule a formação de um cidadão autônomo frente as diversas situações postas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ. Anete, **Quem são as crianças multirepetentes?** In: Para além do fracasso escolar/ Anete Abramowicz e Jaqueline Moll (orgs). Campinas, SP. Papirus. 1997.

ARROYO. Miguel G, **Assumir nossa Diversidade Cultural.** In: Revista da Educação da AEC, Brasília. 1998.

AQUINO. Julio R. Groppa, **A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento.** IN: Indisciplina na Escola: alternativas e prática. São Paulo: Summus. 1996.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil.** 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069.1990.

COSTA. Marisa V., (Org.). **Escola básica na virada do século-cultura, política e currículo.** Cortez. São Paulo, 1996.

CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba.** 2006.

CURITIBA. **Projeto Político Pedagógico – Escola Municipal Paranavaí.** 2006.

FRANCO. L.A.C. **A disciplina na Escola.** In: Revista da ANDE, São Paulo. 1986.

LÜDKE. Menga, Marli E.D.A.André. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo : EPU .1986.

MATOS, Junot Cornélio. **A diferença com Pressuposto de Igualdade.** In: **Disciplina e Liberdade.** Revista de Educação AEC. V.26, nº 103, abr/jun 1997. Brasília: AEC, 1997. P. 23 a 40.

REGO, Tereza Cristina R., **A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados.** In: **Indisciplina na Escola: alternativas e prática.** Julio Groppa Aquino (org). São Paulo: Summus, 1996, p. 83-101.

REVISTA APRENDE BRASIL. **O estatuto da Criança e do Adolescente impede a disciplina na escola?** Editora: Positivo. Ano 2. Nº 10, Abril/Maio. 2006

SNYDERS, Georges. **Duplo Rosto das Crianças do Proletariado Escola, Classes e Lutas de Classes.** 2ª. Ed. São Paulo: Centauro.1976.

VEIGA, Ilma Passos A . **Perspectiva para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.** In: VEIGA, Ilma Passos A ; Resende, Lucia Maria Gonçalves de (orgs). **Escola espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas. Papyrus, 1998.

ZAGURY, Tânia. **Família, disciplina e Ética.** In: Revista de Educação. Brasília.1997.

ANEXOS

PESQUISA DE CAMPO

Prezado Professor (a), gostaria de contar com sua colaboração na pesquisa que estou realizando como aluna do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico da UFPR.

Entendo que sua contribuição, ajudará na explicitação teórico-prático do meu objeto de Pesquisa: "A Questão da Disciplina/Indisciplina na Escola".

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME (opcional): _____

2. LOCAL DE ATUAÇÃO: _____

3. FORMAÇÃO ACADÊMICA:

• 2º GRAU:

() NORMAL () MAGISTÉRIO () ENSINO MÉDIO ()

OUTROS: _____

• 3º GRAU:

CURSO: _____

INSTITUIÇÃO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____

• FORMAÇÃO EM OUTROS NÍVEIS:

() ESPECIALIZAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO () MESTRADO

() DOUTORADO () PÓS-DOUTORADO

OBS: Em caso afirmativo em qualquer das alternativas, favor especificar o nome do curso, instituição em que realizou e o ano de conclusão:

4. ATUAÇÃO:

• Tempo de atuação no magistério: _____ anos _____ meses _____ dias

• Tempo de atuação na escola: _____ anos _____ meses _____ dias

• Turma (s) em que atua: _____

QUESTIONÁRIO

1. O que você entende por disciplina?

2. Descreva o que você entende por aluno indisciplinado:

3. Quais medidas você toma diante daquilo que você considera por indisciplina?

4. Você discute ou conversa com seus alunos, sobre as questões de indisciplina?

5. A quem você solicita apoio, quando ocorre situações consideradas de indisciplina? Por quê?

Curitiba, ___/___/___

Muito Obrigada!